

UM TERRITÓRIO LIVRE PARA OS TRANSGÊNICOS: UMA ANÁLISE DO CONFLITO ENVOLVENDO A LIBERAÇÃO DA SOJA RR NO SUL DO BRASIL

*Cristiano Luis LENZI**

RESUMO: O trabalho busca examinar o conflito que se desenvolveu no Sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, após a liberação comercial da soja Roundup Ready (RR) ao final da década de 90. Para isso, o trabalho toma para análise os confrontos ocorridos entre fazendeiros, pequenos agricultores e os distintos níveis de governo (estadual e federal). Busca-se mostrar que, mais do que questões envolvendo a segurança ambiental, o conflito transgênico ocorrido nesse período esteve diretamente associado com questões ligadas à reforma agrária na região. O texto se utiliza de trabalhos acadêmicos e declarações feitas pelos atores políticos para examinar o conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito ambiental. Transgênicos. Soja RR. Reforma agrária.

Introdução

Ao final da década de 90 surgiu no Rio Grande do Sul (RS) um conflito envolvendo ONGs ambientais, entidades ligadas aos pequenos agricultores, fazendeiros e os distintos níveis de governo (estadual e federal). O conflito teve como eixo de disputa a liberação da soja *Roundup Ready* (RR) e, em linhas mais gerais, o uso comercial dos transgênicos (Tgs)² no sistema agrícola. De um lado do conflito estavam os agricultores favoráveis ao uso e comercialização da soja RR e,

* USP – Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo – SP – Brasil. 03828-000 – clenzi@usp.br

² No presente texto, usaremos as abreviações *Tg* para transgênico e *Tgs* para o plural da palavra.

de outro, organizações, partidos e o próprio governo do Estado que buscavam barrar seu plantio e comercialização. Após a resistência patrocinada pelo governo do RS, movimentos parecidos também ocorreram em outras partes do país. O que fez com que, em 2001, surgissem restrições para as lavouras de Tgs na Paraíba, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

O ápice do conflito ocorreu em 1999, quando o governo de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), lançou uma campanha cujo principal objetivo era transformar o Estado do RS num **território livre de transgênicos**. O objetivo da campanha era proibir a comercialização de Tgs em todo o território do Estado. Julgando a campanha por seu objetivo declarado, pode-se dizer que redundou num grande fracasso. De um território livre **de** Tgs, o Estado acabou se transformando numa região livre **para** os mesmos. Atualmente, o RS encontra-se como um dos maiores produtores de soja Tg do país. Julgando a campanha por um prisma político, pode-se, por outro lado, apontar efeitos importantes da mesma. Com ela, o Estado transformou-se num símbolo de resistência aos organismos geneticamente modificados (OGMs) e ajudou a ampliar o debate sobre os impactos sociais desses produtos em escala nacional e internacional.

Neste trabalho, buscamos mostrar que, mais do que questões envolvendo riscos e a segurança ambiental da soja RR, o conflito ocorrido no RS esteve associado, em grande parte, às questões distributivas envolvendo a reforma agrária. O conflito expressa várias características que permitem sustentar este argumento. No período, os Tgs foram interpretados como uma ameaça para a reforma agrária que havia se constituído na bandeira política de Olívio Dutra (PT) em sua campanha eleitoral para o governo do Estado. Será por este motivo que este conflito não nos remete a uma questão meramente de segurança ambiental dos OGMs, mas sugere a radicalização de conflitos agrícolas existentes na região que antecedem a própria questão da liberação comercial da soja RR. A forma como estes conflitos agrícolas pré-existent passaram a se entrelaçar com a questão dos Tgs é o que será examinado no trabalho.

Os impactos dos transgênicos na agricultura

Questões distributivas geralmente são vistas como um ponto importante envolvendo a liberação dos OGMs na agricultura. Isso ocorre porque sua liberação pode envolver vários efeitos distributivos no sistema agrícola, desencadeando efeitos sociais e ambientais subsequentes para pequenos produtores, consumidores e governos. Thompson (1997) sugere a existência de dois eixos principais envolvendo esse impacto no sistema agrícola:

- (a) impacto da biotecnologia sobre a pequena agricultura familiar;
- (b) impacto sobre os países do terceiro mundo.

Os efeitos da biotecnologia em países mais pobres são discutidos geralmente a partir de três dimensões. Acredita-se que ela poderá colocar em perigo os agricultores mais pobres do campo por meio de:

- (a) *concentração da propriedade* (“*fewer and larger mechanism*”);
- (b) *comércio global*: aumentando a desigualdade social e econômica entre a agricultura industrial e agricultura dos produtores mais pobres;
- (c) *propriedade intelectual*: criando desigualdades por meio do mecanismo da propriedade intelectual.

A preocupação com os impactos da biotecnologia sobre os pequenos agricultores liga-se a um debate mais antigo, envolvendo a mudança estrutural propiciada pela inovação tecnológica na agricultura. Uma mudança que é capturada pela ideia de *treadmill* tecnológico³. Na língua inglesa, esse processo é designado pela expressão *fewer and larger mechanism*. A expressão faz referência à redução do número de propriedades agrícolas (*fewer*) e para o aumento de seu tamanho (*larger*). A tese sugere que o fluxo de inovação tecnológica que ocorre na agricultura, especialmente em sociedades capitalistas, conduz a uma mudança estrutural na agricultura que tende a favorecer a grande propriedade, levando, subsequentemente, a uma diminuição da autonomia dos pequenos agricultores⁴.

Trabalhos sobre os impactos socioambientais dos Tgs apontam diferentes formas pelas quais esses produtos podem alterar a distribuição de custos e benefícios no sistema agrícola⁵. Caso a introdução das sementes nas lavouras incorra no aumento de custos para o plantio, ou em novos encargos contratuais para os pequenos agricultores, estes últimos poderiam encontrar dificuldades para obter recursos financeiros de modo a financiar suas plantações. Tem sido afirmado que as patentes vinculadas com as sementes GM podem alterar substancialmente as relações comerciais tradicionais, induzindo os pequenos agricultores a comprarem, por exemplo, novas sementes a cada estação, impedindo que os mesmos possam estocá-las para plantios futuros. Ao mesmo tempo, caso as sementes GM proporcionem o

³ A tese do *treadmill* tecnológico na agricultura foi primeiramente anunciada por Willard Cochrane e, em seguida, se projetou em trabalhos de inspiração marxista. Sobre estas questões, ver Thompson (1997).

⁴ Como indica Thompson (1997), a mudança tecnológica pode ser vista como afetando a estrutura agrícola familiar quando induz ao desenvolvimento de relações econômicas formais e burocráticas ou quando passa a representar uma ameaça para as práticas dos pequenos agricultores.

⁵ Para um exame mais detalhado dos pontos descritos a seguir, ver Gonzales (2008).

aumento de produtividade que seus defensores geralmente vislumbram, isso poderia gerar uma perda de competitividade dos pequenos agricultores. Estes últimos também poderiam sofrer perdas econômicas, caso a introdução das sementes GM impliquem uma redução do trabalho manual agrícola. Além disso, ao contaminarem plantios não GM, as sementes GMs poderiam infligir também perdas aos pequenos agricultores caso os compradores de produtos “não Tgs” restrinjam suas compras em razão da ausência de qualquer controle que permita segregar os plantios GM dos plantios tradicionais. Pequenos agricultores também poderiam sofrer perdas por razões que se vinculam com questões mais propriamente ambientais. Algumas das características vinculadas com as sementes GM podem gerar limitações para adaptar as plantações aos contextos locais de determinadas regiões. A dependência econômica e técnica associada às sementes GM também poderia provocar, nesse contexto, uma perda das tradições culturais vinculadas com as práticas agrícolas familiares. Nesse quadro, as preocupações se dirigem menos ao valor existencial da agricultura familiar e mais ao potencial da biotecnologia de gerar mudanças significativas na vida social dos pequenos agricultores envolvendo seus direitos. Não tem sido incomum, como indica Thompson (1997), ver a própria estrutura agrícola familiar expressando um sistema de direitos em si mesma.

Ao final da década de 90, estas preocupações estiveram ausentes entre os defensores da liberação da soja Tg no Brasil. Para esse grupo, os receios se dirigiram antes para o comprometimento da modernização e produtividade agrícola do país na impossibilidade de se promover a liberação econômica desse tipo de inovação agrícola. No período da liberação da soja RR não houve, portanto, qualquer preocupação por parte do Ministério de Ciência e Tecnologia (MC&T), e muito menos da própria CTNBio, de examinar as consequências econômicas que a liberação da soja poderia ter para os setores mais frágeis da agricultura brasileira. Uma despreocupação que prevalece na política dos Tgs até o presente. A CTNBio não produziu qualquer avaliação deste tipo em razão dos fatores que influenciaram sua própria criação. De acordo com vários presidentes que passaram pela entidade, sua principal responsabilidade seria realizar uma avaliação da segurança ambiental das sementes GM. Assim, a análise de risco ambiental que pautou a liberação da soja RR, por exemplo, não incluiu qualquer consideração sobre suas consequências econômicas na estrutura agrícola brasileira e, muito menos, sobre os setores que mais poderiam perder com ela⁶.

Essa postura dos defensores dos Tgs no país é distinta daquela que pode ser encontrada em países como a Áustria, e até mesmo na Europa, onde o

⁶ No Brasil, questões distributivas envolvendo a liberação dos Tgs têm sido um foco de atenção da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA, 2011a, 2011b). A entidade reconhece nos pequenos agricultores um grupo que, entre muitos outros, é vitimizado pelo processo de modernização agrícola.

impacto econômico sobre a pequena agricultura familiar se transformou num tópico importante do processo regulativo dos OGMs. A Áustria, por exemplo, tem como premissa em seu processo de regulação dos OGMs, o princípio de *Sozialverträglichkeit* (sustentabilidade social) que pressupõe que nenhuma inovação na agricultura deva incorrer num ônus desproporcionalmente desproporcional sobre os diferentes grupos da sociedade. Esse princípio informa que as decisões sobre as inovações tecnológicas na agricultura devem considerar, seja por questões sociais, morais ou econômicas, o ônus desproporcional que estas mesmas decisões podem trazer aos diferentes grupos ou setores da sociedade (SEIFERT; TORSERSEN, 1997). No Brasil, desde a liberação da soja TG, foi inexistente qualquer decisão governamental que pudesse se aproximar minimamente desse princípio. A visão que prevaleceu foi a da existência de um jogo de soma positiva, onde todos os jogadores do sistema agrícola, inclusive os pequenos agricultores, tenderiam a ganhar com a sua introdução na agricultura.

A soja transgênica e o retorno da revolução verde

Olívio Dutra foi eleito, representando a **Frente Popular**: uma rede de organizações e partidos que apoiavam a sua candidatura. O MST (2006b) e também outras organizações como Contag, AS-PTA e Via Campesina foram entidades que deram sustentação à sua eleição. Vários membros do MST no período encontravam-se filiados ao partido do governador (PT) e o próprio governo demonstrava um alinhamento ideológico e programático com o discurso destas organizações, especialmente o MST. Esse alinhamento era tão estreito que as assessorias parlamentares e as posições-chave do governo foram preenchidas por pessoas ligadas diretamente com o movimento de fortalecimento da agricultura familiar e de defesa de propostas técnicas **alternativas** envolvendo a agroecologia⁷.

Dutra assumiu o governo no segundo semestre de 1998 e não iniciou nenhuma ação de confronto mais direto contra os Tgs até março de 1999. Contudo, suas primeiras medidas para criar um polo produtor de grãos tradicionais (não Tgs) no Estado foram acompanhadas de ações que buscavam justamente fortalecer a fiscalização sobre as lavouras de Tgs que tinham uma finalidade científica⁸. Embora não tenha tomado nenhuma decisão para coibir o plantio de Tgs até esse período, evidenciava-se a preocupação do governo Dutra em fortalecer a fiscalização sobre as

⁷ Essa sintonia redundou na ocupação de cargos estratégicos do governo por integrantes destes movimentos. Sobre este ponto, ver Ros (2006, p.238).

⁸ Em março de 1999, o Departamento de Produção Vegetal (DPV) do governo passou a notificar as áreas com pesquisas (de 59 a 80 áreas de experimento). Sobre este ponto, ver Heberlé (2005, p.231).

lavouras de Tgs. O que fez com que o governo assumisse uma postura de denúncia frente aos casos envolvendo as lavouras ilegais na fase inicial do conflito⁹.

Em março de 1999, o governador assinara um decreto que determinava que as áreas que realizassem pesquisas com Tgs notificassem o poder público. Exigia também a realização de EIA-RIMA para o cultivo das sementes do Estado. Com isso, o governo Dutra se utilizou dos mesmos argumentos usados por organizações da sociedade civil (Greenpeace e IDEC) para tentar paralisar o comércio de Tgs no período. Ao mesmo tempo, Dutra adotou rapidamente uma postura de maior resistência aos Tgs. Foi nesse período que o governo deu início a sua campanha para transformar o RS num **Território Livre de Transgênicos**. É preciso notar que a política agrícola de Dutra apresentava vários componentes que contribuíram para fomentar o conflito. Sua plataforma política para a agricultura era caracterizada por um compromisso com a agroecologia e agricultura familiar. No período da campanha eleitoral, Dutra declararia que:

O governo da **Frente Popular** incentivará a agricultura ecológica, estimulando a organização de grupos de agricultores ecológicos garantindo crédito, assistência técnica e aperfeiçoamento desses agricultores com cursos de formação. (Olivio Dutra apud HERBELÉ, 2005).

É preciso notar que foi justamente no RS que organizações associadas à agricultura familiar se desenvolveram nas últimas décadas, como movimentos de defesa da autonomia do pequeno agricultor. Já na segunda metade da década de 70, diversas organizações e grupos da região buscaram resgatar a ideia do “agricultor familiar” com o objetivo de “[...] reorientar os sistemas produtivos e as tecnologias empregadas na direção de um reforço na capacidade econômica e de autonomia dessa categoria” (ALMEIDA, 1999, p.58). A ideia de **autonomia** se tornará numa das principais ideias do conjunto de concepções e práticas da **agricultura alternativa (agroecologia)** em organizações ambientais e agrícolas no RS. Assim, para o MST, a valorização da agricultura familiar geralmente está associada a uma imagem de “[...] retorno de condições de vida idealizadas a um passado bom, de autonomia, anterior à subordinação do agricultor às indústrias multinacionais.” (VERAS, 2005, p.39). A crítica e resistência aos Tgs são indissociáveis a este imaginário que estas organizações desenvolveram a partir das ideias e práticas envolvendo a agricultura familiar. Como resultado desse processo, foram promovidos ao longo das últimas décadas vários eventos no Estado, congregando diferentes organizações vinculadas

⁹ Como indicará Heberlê (2006, p.232), nesse período a “[...] estratégia estadual foi a de denunciar a existência de lavouras cultivadas com transgênicos e solicitar uma posição federal [...], a quem cabia a fiscalização.”

ao campo, que tinham como foco a crítica à crescente dependência gerada pelos insumos agrícolas produzidos pelas grandes corporações. Neles já se mostrava a preocupação com a compra e venda de sementes agrícolas e o reconhecimento de seu papel estratégico para o fortalecimento dos modelos agrícolas alternativos¹⁰.

Assim, embora o tema dos Tgs se mostrasse estranho ao debate político que levou Dutra ao governo, os mesmos foram rapidamente associados como uma ameaça à reforma agrária, defendida por Olívio Dutra (PT) em sua campanha eleitoral. O que permeava a ligação estreita entre governo Dutra, MST e outras organizações ligadas aos pequenos agricultores foi a visão compartilhada para a criação de uma política agrícola diferenciada no Estado. Ao se examinar o conflito, fica evidente que os Tgs foram percebidos como uma inovação trazida pelos mesmos processos modernizadores que moldaram a revolução verde no passado. Isso ocorre pelas características dos projetos agrícolas agroecológicos que se constituíram na bandeira política da **Frente Popular**. A agroecologia, em razão de seus princípios, tendia a se colocar em direta oposição aos Tgs e à própria agricultura moderna.

A liberação dos Tgs ocorreu, portanto, no momento em que os movimentos em prol de uma agricultura alternativa ganharam força no Estado com a eleição de Olívio Dutra. Desse modo, a posição contra o plantio de Tgs passou a se encaixar com a tentativa do governo Dutra de sinalizar a independência de seu governo em relação às empresas multinacionais. Essa resistência se ajustava, como nota Heberlé (2005), “[...] à expectativa de valorização da agricultura familiar e agroecologia, que se transformaram nas bandeiras de luta da Secretaria da Agricultura.” José H. Hoffmann, então secretário da agricultura do governo, indica na passagem a seguir como a resistência aos Tgs tinha como razão, então, a afirmação de um paradigma agrícola distinto:

A nossa proposta de Governo, amplamente debatida durante a campanha eleitoral, prioriza a agricultura familiar. Desta forma, não podemos compactuar com uma tecnologia que exclui exatamente os pequenos agricultores familiares. Esta é uma razão fortíssima para sermos contrários à produção e à comercialização de transgênicos. (HOFFMANN, 1999, p.170, grifo nosso).

Um dos fatores que induziram o surgimento dessa percepção dos Tgs enquanto tecnologia que exclui foi o vínculo que se estabeleceu entre eles e a revolução verde, transformando-os num produto tardio da última. Para Hoffmann, a liberação da

¹⁰ No início da década de 90, o movimento seria fortemente influenciado pelas teses apresentadas pela FAO/INCRA que apontava a agricultura familiar como um impulso para um modelo econômico mais equitativo (VERAS, 2005).

soja RR indicava uma situação de injustiça para os pequenos agricultores cujas consequências remontavam à revolução verde. Para ele:

[...] estamos sofrendo as consequências da revolução verde. Nós não concordamos com esse paradigma tecnológico, com essa agricultura baseada na revolução verde. Ao contrário, o governo Democrático e Popular soma-se à massa crítica para difundir rapidamente um novo paradigma tecnológico, que tem por base a agroecologia, que respeita a natureza, a saúde do trabalhador do campo. Não aceitamos que se dê um passo adiante, um passo muito mais arriscado do que o da revolução verde, cujas consequências nefastas conhecemos. (HOFFMANN, 1999, p.170, grifo nosso).

Um traço geralmente associado à revolução verde foi a sua tendência de promover uma crescente desigualdade entre o grande negócio e os pequenos agricultores. Do mesmo modo, a principal crítica endereçada à soja Tg no conflito no RS direcionou-se para a ameaça, por ela representada, à autonomia e direitos dos pequenos agricultores. No período, Hoffmann fez afirmações que refletiam justamente este ponto de vista. Afirmou ele que uma das razões para resistir aos Tgs encontrava-se no: “[...] respeito à cultura histórica do agricultor familiar. Não podemos concordar que ele tenha que comprar a semente todo ano, perdendo autonomia e independência.” (HOFFMANN, 1999, p.169). A soja Tg foi vista, assim, como uma ameaça para a agricultura familiar do Estado, favorecendo os interesses das grandes corporações em detrimento dos interesses dos pequenos agricultores:

[...] com o patenteamento da semente, ele [o pequeno agricultor] vai ser obrigado a, todos os anos, comprar sementes novas. As multinacionais vêm aprimorando este processo de dominação do agricultor. Primeiro obrigam o agricultor a assinar um contrato pelo qual se compromete a só usar parte de sua produção como semente. (HOFFMANN, 1999, p.169).

Embora Hoffman não se utilize do termo **direitos**, seu discurso tende a sugerirlos e associá-los à tradição, autonomia e independência econômica dos trabalhadores do campo. Essa visão reflete várias preocupações que envolvem o impacto social dos Tgs na agricultura familiar que vimos anteriormente. Num certo sentido, a soja RR seria representativa do *treadmill* tecnológico capitalista que mencionamos, induzindo a uma mudança que tenderia a fortalecer as grandes propriedades, em detrimento da autonomia e independência econômica dos pequenos agricultores. Com a nova soja RR, estes últimos teriam que assumir novas relações comerciais,

vendo-se obrigados a comprar novas sementes a cada estação. A visão de Hoffmann também presume o surgimento de novos encargos contratuais para esses pequenos agricultores, uma vez que os mesmos não poderiam se valer mais de uma prática agrícola tradicional (estocagem de sementes) para diminuir sensivelmente os custos de seu trabalho. A dependência econômica e técnica, associadas à soja RR, poderiam implicar na perda de uma tradição cultural que poderia ser vista como constitutiva da própria agricultura familiar. Tradição agrícola essa que, por sua vez, constituía-se num elemento de base do próprio programa de reforma agrária que Olívio Dutra estava buscando implementar em seu Estado.

Os Tgs também representavam, nesse contexto, uma ameaça para a criação de um mercado agrícola distinto que, ao que tudo indica, o governo Dutra estava mirando. Para Hoffmann (1999, p.172): “Muitos dizem que a posição assumida não passa de uma questão ideológica. Entretanto, a existência de um mercado diferenciado é uma questão técnica e não ideológica.” Assim, poderíamos dizer que favorecer o comércio dos Tgs seria o mesmo que anular as condições que dariam as vantagens competitivas para produtos agrícolas tradicionais que sustentariam a produção de uma agricultura familiar de base agroecológica que o governo Dutra buscava fomentar. Devemos incluir aqui, talvez, o receio de que a impossibilidade de estabelecer qualquer controle sobre a segregação dos plantios (Tg e não Tg) em seu Estado redundasse numa perda de demanda para o mercado interno de produtos não Tgs. Um problema que exigia que fosse imposta uma escolha, como seu governo tentou fazer, a todo o sistema agrícola do Estado, impedindo que os agricultores que desejassem incorporar os Tgs em suas lavouras pudessem fazê-lo. Um ponto importante a ser observado sobre a resistência lançada pelo governo Dutra aos Tgs é, assim, a sua rejeição incondicional a estes produtos. Em sua política agrícola, não havia a possibilidade de conciliar um modelo (familiar/agroecologia) com outro (Tg). Ambos os modelos foram vistos como incompatíveis entre si, justificando a necessidade de se criar um território livre de transgênicos.

Muito do que dissemos nessa primeira parte do trabalho sugere que o conflito sobre os Tgs no sul do país não foi apenas um conflito sobre Tgs. Parte dos elementos que moldaram esse conflito devem ser buscados no contexto envolvendo o debate sobre a reforma agrária no RS. Por isso, Pelaez e Schmidt (2000), ao examinarem o caso, afirmam que o mesmo representou “uma continuidade de um processo, iniciado no final dos anos 70, de questionamento do modelo agrícola adotado no país e de combate às regulamentações que são favoráveis às indústrias internacionais fornecedoras de insumos, máquinas e equipamentos”. As tensões envolvendo a liberação da soja Tg poderiam ser vistas, assim, como representando a reedição dos conflitos ligados à reforma agrária no RS. Para compreender a forma como essa dimensão se expressou de modo mais claro e intenso na região, retornaremos

para uma análise de alguns pontos que marcaram os conflitos agrários no Estado antes da liberação da soja RR. Como tentaremos mostrar, esses fatos e eventos se constituem em elementos essenciais para se compreender o contexto político que influenciou as tensões entre governo Dutra e grandes fazendeiros no período de liberação da soja Tg.

TRANSGÊNICO: um amigo da reforma agrária?

Na segunda metade da década de 90, os setores agrícolas do Estado do RS passavam por sérias dificuldades econômicas em razão da crise que atingia a agricultura no Brasil¹¹. A crise, ao induzir a uma diminuição da produtividade agrícola das fazendas do Estado, transformou muitas delas em alvos frágeis para a política de reforma agrária. Os fazendeiros da região passaram a pleitear, então, uma reavaliação dos critérios dos índices de produtividade que balizavam o processo de desapropriação. Esse contexto fez com que o Estado do RS presenciasse em 1998 um conflito envolvendo as vistorias do Incra no Estado. As vistorias faziam parte da política de reforma agrária que estava sendo gradualmente abandonada pelo governo FHC, mas que ainda era promovida em várias partes do país em razão da ausência de um modelo alternativo existente.

As vistorias tiveram sua origem em 1973 e haviam sido criadas para comprovar o cumprimento da função social das propriedades fundiárias. Elas permitiam auferir os índices de produtividade agrícola transformando-se no principal instrumento de desapropriação de terras pelo governo federal. Por outro lado, embora as vistorias ainda fossem realizadas com essa finalidade, o governo federal já dava sinais de querer incorporar instrumentos de mercado como leilões e a compra de terras no processo de reforma agrária. Nessa nova política, as vistorias ainda teriam um papel importante para fomentar uma melhor distribuição de terras no país, contudo sua função seria distinta daquela que era exercida até então¹². Se o MST ainda pressionava o governo federal para manter uma política agrária fundada nas desapropriações, os grandes proprietários rurais se mostravam cada vez mais insatisfeitos com ela. Para os fazendeiros, as vistorias eram percebidas como **viciadas**. Essa percepção sugeria, em primeiro lugar, o alinhamento de funcionários e representantes dos órgãos de governo, especialmente do Incra, com as causas

¹¹ Salvo considerações adicionais, a descrição dos fatos e eventos apresentados a seguir foi desenvolvida a partir do trabalho de Ros (2006).

¹² Para o caso do Estado do RS, sugere-se que o “[...] avanço das vistorias está diretamente relacionado à necessidade do Incra em responder as pressões políticas desencadeadas pelo MST.” (ROS, 2006, p.227).

dos movimentos sociais do campo. Em segundo lugar, esse viés também era visto como associado, como observa Ros (2009, p.251), à desatualização da base de cálculo utilizada para a medição da produtividade agrícola das fazendas do Estado. A insatisfação dos produtores agrícolas também era alimentada pela permanente e crescente pressão exercida pelo MST que intensificava suas ações em prol da desapropriação de terras.

Apesar desse contexto, a superintendência do Incra no RS buscou reiniciar em 1998 o recadastramento de imóveis rurais no município de Bagé. Como resposta, os grandes proprietários passaram a realizar uma série de ações dando forma ao que ficou conhecido como movimento **Vistoria Zero**. As ações incluíam a paralisação das vistorias e a obstrução de estradas com a finalidade de impedir a entrada de fiscais nas propriedades. Essas ações tinham o objetivo de impossibilitar a aferição dos índices de produtividade, impedindo, assim, o processo subsequente de desapropriação de terras¹³. O argumento apresentado pela Farsul e pelos grandes produtores era a necessidade de rever os índices de produtividade que orientavam as vistorias. O sucesso da ação serviu de referência para situações similares e foi a partir deste momento, que o governo FHC buscou estimular ainda mais o uso de instrumentos alternativos para fomentar a reforma agrária no RS¹⁴.

Com o movimento **Vistoria Zero**, as vistorias foram paralisadas até o final de 1998. Contudo, com a eleição de Olívio Dutra, o governo federal celebrou a criação de um Convênio de Cooperação Técnica com o governo estadual para retomá-las. Embora o governo Dutra e o próprio MST se mostrassem críticos da política agrária do governo FHC, ambos acolheram o convênio com grande entusiasmo. Um elemento essencial que devemos ter em vista ao analisar a realização deste convênio, foram as distintas filosofias que moldavam a política de reforma agrária do governo federal (FHC) e estadual (Olívio Dutra). Ambos os governos celebraram o convênio tendo como bases diretrizes bastante diferentes, senão contraditórias, para a reforma agrária. Para o governo federal, a retomada das vistorias seria feita, como já indicado, por meio de um novo modelo de política agrária. Nele, as vistorias não estariam mais ligadas a uma desapropriação legal sem qualquer compensação financeira aos proprietários, mas por meio de leilões ou pela compra das propriedades via Banco da Terra. O governo Dutra celebrou o convênio expressando uma visão distinta desta. O mesmo decidiu pela exclusão de uma série de pontos que estavam presentes no convênio. Entre elas a criação do Banco da Terra que serviria justamente para

¹³ Gedeão Pereira Silveira (apud ROS, 2006, p.26, grifo nosso), então, representante da Farsul, afirmaria no período que “[...] a reforma agrária praticamente não mais vingou no estado do RS, **através da desapropriação de imóveis rurais.**”

¹⁴ Segundo Ros (2006, p.229), o movimento Vistoria Zero “[...] permitiu a criação de um expediente político que seria acionado todas as vezes que as ocupações e as ações do Incra, extrapolassem os limites passíveis de serem aceitos pelo patronato rural.”

financiar a aquisição de terras pelo governo. No período Hoffmann declararia que: “Nós fizemos um convênio que somava onde nós tínhamos interesse em somar que no caso era **acelerar as desapropriações.**” (HOFFMANN apud ROS, 2006, p.241 grifo nosso). Também afirmou: “No que depender de nós, cem por cento dos assentamentos serão feitos por meio de **desapropriações, muito mais econômicas que as compras.**” (HOFFMANN apud ROS, 2006, p.242, grifo nosso)¹⁵.

Como seria de esperar, o convênio foi recebido com grande desconfiança pelos grandes produtores agrícolas do Estado. Isso porque, ao que tudo indica, não estavam sendo dadas garantias de uma atualização dos índices de produtividade agrícola. Além disso, e o que era talvez até mais preocupante para eles, as vistorias seriam conduzidas agora por um governo de esquerda alinhado a um movimento social como o MST que, a partir da eleição de Dutra, integrava a própria estrutura administrativa do governo na área agrícola. A própria declaração de José Hoffmann, afirmando que o convênio permitiria “acelerar as desapropriações”, por serem elas “muito mais econômicas”, oferecia uma base fatural e realista para os receios dos fazendeiros.

Consideremos que estas tensões surgiram ao final do ano de 1998, quando a CTNBio decidiu liberar a soja RR e quando várias notícias envolvendo o plantio irregular de soja Tg começaram a aparecer na mídia regional. Portanto, o conflito envolvendo as vistorias reapareceu no mesmo momento que a soja RR estava sendo liberada pelo governo federal. De que forma esses dois episódios acabaram, então, se entrelaçando?

Ao examinar o conflito, Menache (2002) sugere a existência de um processo de transvalorização, onde as circunstâncias particulares do conflito ocultariam causas e interesses mais amplos. As circunstâncias particulares envolveriam as várias disputas sobre os Tgs, ao passo que a causa mais ampla estaria associada ao processo de reforma agrária na região. Assim, segundo esta autora, a fiscalização das lavouras Tgs pelo governo Dutra foi percebida pelos grandes produtores, como a “aplicação da ameaça de desapropriação de terras para a Reforma Agrária.” (MENASCHE, 2002, p.234). Em outras palavras, as ações que o governo Dutra alegou que tinham como finalidade a fiscalização do plantio de Tgs, foram interpretadas, na verdade, como tendo o objetivo de permitir a desapropriação das terras pelos fazendeiros.

A percepção que passou a predominar nos agricultores pró-Tgs foi justamente a visão de que estes últimos teriam se transformado num obstáculo para a política agrária do governo. O que fez com que a ação fiscalizadora das lavouras clandestinas

¹⁵ Sobre esse convênio, devemos considerar que o próprio governo Dutra colocaria a responsabilidade do governo estadual na realização das vistorias como uma condição inegociável do acordo entre o governo do Estado e o governo Federal. Sobre este ponto, ver Ros (2006).

de Tgs pelo governo Dutra fosse interpretada como uma estratégia para redirecionar o processo de desapropriação de terras. Esta visão torna-se perceptível quando um representante desses produtores sugere que a questão dos Tgs estaria sendo usada pelo governo Dutra de fachada para que as propriedades dos grandes agricultores se tornassem “passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, para o MST [...]” (Dirigente do Clube Amigos da Terra apud MENASCHE, 2002). Outro dirigente, na mesma linha, argumentou que o governo Dutra “não estava se atendo à questão dos transgênicos, **mas a outras questões.**” Estas questões estariam associadas, segundo ele, ao fato do governo Dutra não aceitar “a agricultura que não seja a familiar” (Dirigente sindical apud MENASCHE, 2002, grifo nosso).

Estas ligações demonstram os fatores que passaram a alimentar a desconfiança dos agricultores pró-Tgs no conflito. Uma desconfiança que foi estimulada pelo próprio discurso do MST na disputa. A organização, cujas lideranças integravam o próprio governo, chegou a afirmar que as áreas de lavouras de soja Tg deveriam ser destinadas à reforma agrária, solicitando, ao mesmo tempo, que o Ministério Público realizasse uma “investigação rigorosa sobre o estímulo e a indução ao plantio de soja transgênica no estado.” (Zero Hora apud PELAEZ; SCHMIDT, 2000). As “terras cultivadas com transgênicos têm que ser enquadradas”, declarou um dirigente do MST na época, “na mesma lei que reprime as plantações de psicotrópicos” (PELAEZ; SCHMIDT, 2000). Esses fatos indicam que, mais do que um inimigo, os Tgs foram percebidos como um aliado para se promover a reforma agrária na região, uma vez que os mesmos poderiam oferecer uma justificativa legal para promover a desapropriação de terras.

A lei de psicotrópicos estabelece que, em caso de existência de plantios irregulares, as propriedades sejam objeto de desapropriação. O que chama a atenção nas palavras do líder do MST acima não é a equivalência que ele fez entre as plantações de psicotrópicos e Tgs, mas a sua proposta de, a partir desse tipo de enquadramento legal, abrir a possibilidade de desapropriar as terras onde se encontravam as lavouras de Tgs. Uma sugestão clara de que as lavouras de Tgs poderiam ser o foco da política de reforma agrária, como os grandes produtores agrícolas desconfiavam. E tal declaração foi feita por uma entidade que integrava o núcleo duro do governo na área agrícola. O receio de desapropriação pelos agricultores pró-Tgs teve, portanto, um respaldo nas próprias palavras de dirigentes do MST que, até aquele momento, eram vistos também como porta-vozes do governo. Logo, o discurso do MST, vinculando possíveis desapropriações de terras com a fiscalização de plantios de Tgs, foi interpretado justamente como uma estratégia para viabilizar a reforma agrária no Estado. Ao que parece, os grandes produtores não viam garantias de que as vistorias de lavouras de Tgs não fossem usadas para promover a desapropriação de terras. Para eles, essas aproximações

fizeram que a posição do MST e do governo fosse vista como indissociável, mesmo porque, alguns membros do movimento integravam o próprio governo¹⁶.

Considerações finais

No conflito envolvendo os Tgs no RS, a agricultura familiar e a agroecologia foram vistas como representando uma estrutura intrinsecamente virtuosa em termos ambientais (sustentabilidade) e sociais (justiça). Quando as inovações tecnológicas (biotecnologia) são vistas como obstáculos para a concretização desses fins (sustentabilidade/justiça), elas são percebidas como inimigas para este tipo de visão ética associada ao modelo agrícola. Isso indica que, no caso do RS, as sementes GM foram vistas como a extensão de um processo de racionalização (revolução verde) que ameaçava as práticas virtuosas vinculadas a um modelo agrícola baseado na agricultura familiar e agroecologia. Ao impedir a promoção dessa nova estrutura social agrícola, os Tgs foram percebidos como um obstáculo para a realização de uma agenda de reforma agrária alternativa. Desse modo, a resposta para compreender o conflito ocorrido no RS reside na agenda política do governo Dutra para a reforma agrária e no modo como essa mesma agenda se integrou aos conflitos agrários que estavam se desenvolvendo na região naquele período. O conflito Tg não apenas refletiu essas tensões como também induziu a sua radicalização, dando a elas, de certa forma, uma nova feição.

A FREE TERRITORY FOR TRANSGENICS: AN ANALYSIS OF THE CONFLICT INVOLVING THE SOYBEAN RR PERMISSION IN SOUTHERN BRAZIL

ABSTRACT: *The article looks to examine the conflict happened Southern Brazil, in the State of Rio Grande do Sul, after the soybean Roundup Ready (RR) was commercially authorized in the end of the 90s. For this, the article grounds for analysis the conflicts befallen among farmers, small-sized cultivators and government staff from different distinct levels (from the State and Federal). We look to show that, further than environmental security questioning, the conflict on transgenics along this period was directly associated to questions related to the agrarian reform in the region. The text makes use of academic pieces and declaration done by the political actors to examine the conflict.*

KEYWORDS: *Environment conflict. Transgenic. Soybean RR. Agrarian reform.*

¹⁶ Devemos lembrar que não era responsabilidade do governo estadual realizar vistorias nas lavouras Tgs. Tal responsabilidade cabia ao governo federal que, como vimos, foi reconhecida pelo governo Dutra no início do conflito, ao assumir o papel de denunciante.

Referências

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

GONZALES, C. G. Genetically modified organisms and justice: the international environmental justice implications of biotechnology. **Georgetown International Environmental Law Review**, [S.l.], v.19, p.583-642, 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=986864>. Acesso em: 26 ago. 2008.

HEBERLÊ, A. L. O. **Significações dos transgênicos na mídia do Rio Grande do Sul**. 2005. 301f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

HOFFMAN, J. Fundamentos técnicos e jurídicos para a instituição de áreas livres de transgênicos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE BIODIVERSIDADE E TRANSGÊNICOS, 1., 1999, Brasília. **Anais...** Brasília: Senado Federal, 1999. p.167-177.

MENASCHE, R. Legalidade, legitimidade e lavouras clandestinas. In: ECOLOGIA política: natureza, sociedad y utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p.217-247. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/411.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [MST]. **Apesar dos protestos, cresce cultivo de transgênicos no Brasil**. 2006a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/269/transg%C3%AAnicos>>. Acesso em: 10 set. 2010.

_____. Transgênicos: a serviço de quem? **Jornal Sem Terra**, [S.l.], 2006b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/269/transg%C3%AAnicos>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

PELAEZ, V.; SCHMIDT, W. A difusão dos OGM no Brasil: imposição e resistências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.14, p.05-31, abr. 2000.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL [RBJA]. **Princípios da justiça ambiental**. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229>. Acesso em: 16 mar. 2011.

_____. **Declaração de lançamento da rede brasileira de justiça ambiental**. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/download/redejustamb.doc>>. Acesso em: 15 maio 2011.

ROS, C. A. da. O movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n.22, p. 232-278, jul./dez. 2009.

_____. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 435f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

SEIFERT, F.; TORSERSEN, H. How to keep out what we don't want: an assessment of 'Sozialverträglichkeit' under the Austrian genetic engineering act. **Public Understanding of Science**, Bristol, v.6, p.301-327, 1997.

THOMPSON, P. B. **Food biotechnology in ethical perspective**. London: Champman & Hall, 1997.

VERAS, M. M. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática**. 2005. 121f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Recebido em 12/12/2012.

Aprovado em 15/05/2013.